

Guerra e papéis masculinos: reflexões na perspectiva de gênero.

Marlene de Fáveri
Professora do Departamento de História da
Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC

Os estudos sobre masculinidades são ainda escassos, fato que reserva uma certa dificuldade, haja vista a quase ausência de estudos de gênero nesta perspectiva. Existe, sim, extensa produção historiográfica, bem como estudos de outras áreas, que tematiza relações de gênero nas diferentes abordagens, na sua quase totalidade escrita por mulheres e que analisam as construções culturais do gênero feminino, os papéis, as subjetividades, as condutas, embora mais concentradas na condição de vida e opressão das mulheres, na suposta submissão, sem questionar a construção das masculinidades, e/ou onde os homens aparecem quase sempre responsáveis pela opressão. E dos homens, o que se fala?

Miguel Vale de Almeida,¹ num os primeiros trabalhos a que tivemos acesso, mostra-nos que as masculinidades ultrapassam a esfera do binário e que homens se constroem também em relação aos próprios homens. Outros trabalhos têm demonstrado que os homens são construídos na cultura, nas relações também de poder, entretanto, pouco falam de si mesmos, e aqui refletindo com Daniel Welzer-Lang, “os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero”, argumentando que “a dominação é sempre sustentada por uma justificação naturalista das diferenças, e ao mesmo tempo por uma ocultação do que vivem os dominantes”.² Se os homens as conhecem, ou seja, conhecem o modo de usar a dominação, não é sua preocupação ‘apreender’ de que forma/como vivem as pessoas dominadas, notadamente as do sexo feminino.³ Pierre Bourdieu, no tocante a dominação masculina, também não percebe que a violência é primeiramente masculina, e não a ve como produto das relações sociais de sexo, e, em certa medida, essencializa.⁴ Ou, poder-se-ia interpretar de forma mais direta: é tão difícil para os homens falarem da própria dominação na perspectiva de gênero?

A isto, a pergunta se refaz: por que tão pouco se fala dos homens? Ou, por que não falam de si? Seriam as diferenças na forma de socialização/educação/aprendizagem na sociedade, e conseqüentemente na cultura, que reproduz/ratifica as práticas que naturalizam e dizem que os homens são superiores às mulheres, logo, não há porque falar deles? Não é necessário, creio, entrar nas diferenças com que ainda são educados: um gênero para os poderes de mando, superiores, e o outro para atividades que determinam a dependência.⁵ Se os homens só existem como categoria na relação com as mulheres – ou não seria relação, salvaguardadas as outras tantas relações, mas esta ainda é hegemônica – as representações e práticas masculinas sobre as mulheres, e sobre si mesmos, só podem ser compreendidas como efeito da relações sociais entre os sexos. “Quantos textos escritos por homens, inclusive os que enfatizam as relações sociais de sexo, aceitam sexualizar o ponto de vista?”, pergunta-se Daniel Welzer-Lang,⁶ e, acrescento, também por mulheres, por certo.

Masculinidades são também marcas, com as feminilidades; são culturais. Conceitos de honra, macheza, virilidade, ou ternura, fragilidade, delicadeza são reproduzidos o tempo todo. Assim entendidas, as masculinidades são vistas, neste trabalho, como reafirmação dos papéis exigidos dos homens, num tempo em que homens e mulheres tinham lugares demarcados e apareciam nos discursos absolutamente separados, e assim exigidos na cultura e pela Nação. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a repressão aos estrangeiros e descendentes, sua língua, costumes, contatos com a terra natal foram fortemente proibidos pelas leis e decretos, dentro da ideologia de nacionalizar a qualquer custo. No estado catarinense, estas normatizações foram vivenciadas de forma bastante drástica, dada a sua colonização e o número de estrangeiros que viviam nas colônias e cidades, obviamente com muitos descendentes brasileiros, mas que carregavam o nome, a cor da pele, o sotaque/língua de seus países de origem, notadamente italianos e alemães. Homens e mulheres vivenciaram um cotidiano de tensões e medo, e utilizaram

estratégias sutis na tentativa de escapar de sanções, fosse esta a prisão, a demissão, ou o afastamento de casa; recorriam a estereótipos de seu gênero, a defesa da honra e da família como patrimônio de valor, utilizado para provar o patriotismo, em conexão ao ideário estadonovista.

Neste momento, estrangeiros e descendentes, eram sumariamente demitidos dos cargos e empregos por força de lei,⁷ dada sua origem étnica (suspeitos de traição, espionagem, ou como prevenção), e a rigor recaía sobre os homens a situação serem desligados do emprego, e, portanto, perder o lugar do provedor.

Estes homens escreviam cartas para os governantes, e dentre estas encontro a de Alfredo Del Priore, 42 anos, natural da Itália, especializado na arte de cerâmica; morador de Imbituba (a 150 km da capital catarinense, ao sul), trabalhador da Cerâmica Henrique Lage já havia 15 anos; recebeu o aviso de demissão e foi afastado da cidade por sua condição de estrangeiro. Escreveu extensa carta ao Comandante da 5ª Região Militar, em 1º de dezembro de 1942, na esperança de ser ouvido: “Excelência, a minha senhora é brasileira e meus filhos também, e é doloroso assistir ao espetáculo angustioso desses cinco inocentes que imploram o retorno do pai que lhes traz pão, trabalho e sossego”,⁸ ou seja, ao deixar o emprego, deixava também a família “na miséria”. A carta foi escrita por um homem que se viu na iminência do desemprego e a impossibilidade de exercer a providência da família, onde se percebe o argumento da paternidade responsável e patriotismo exigido no momento. Deixaria de ser homem sem o exercício do pai-provedor?

O conceito de homem, na época (o que ainda perdura) é aquele que não deixa a família à mercê, mas a protege, alimenta, e trabalha – o trabalho como valor e sinônimo de dignidade. Segundo os pressupostos burgueses, o trabalho é uma virtude, liberta o homem do mundo da natureza e lhe garante a condição de ser livre,⁹ é privação, obrigação e renúncia, maldição na concepção mais clássica (“ganharás o pão com o suor do teu rosto”, segundo Gênesis). Nos anos de 1930 e 1940, o trabalho retinha a idéia de virtude imbuída do liberalismo: ser cidadão era produzir riquezas, ter

carteira de trabalho e estar moralmente dentro da concepção dos direitos e deveres para com o Estado, numa relação contratual entre o presidente e o povo, coletivo e abstrato.¹⁰

Perdendo o emprego, além da miséria da qual ficaria sua família, Alfredo buscou no argumento de que, “sem probabilidade de melhorar a situação, dada a especificidade de minha profissão...”, ficaria ainda impossibilitado de buscar uma vida melhor para si e sua família, desonrado e não reconhecido como bom trabalhador. Ser homem, no que fala Alfredo, seria ser provedor, patriota, protetor dedicado - na sua narrativa, sua vida pauta-se no “amor de dedicação que devoto a minha família composta de minha senhora Ondina Cardozo e quatro filhos, todos legítimos brasileiros”. A brasilidade era, no momento da escritura desta missiva, um argumento importante, e provar o patriotismo era também dar filhos à Pátria, suprir de homens e mulheres que fortalecessem o futuro da nação, educados dentro dos preceitos morais e nacionalistas.

As escritas ordinárias, ou da ordem do cotidiano, constituem-se como produtoras de subjetividades. São práticas culturais que expressam ritmos, tempos, que estabelecem uma relação, ou um texto “situado ele mesmo como um objeto da cultura material de uma época”, analisa Ângela de Castro Gomes.¹¹ O escrevente desta carta não está deslocado de seu tempo, e as condições da escrita estão na ordem dos acontecimentos políticos e públicos do momento, entrelaçando-se ao privado. Ao invocar “clemência” às autoridades e solicitar breve retorno ao trabalho e moradia, o faz em nome da “condição pietosa desses cinco brasileiros”, ou seja, pátria e família ladeadas do pai provedor. Isto era ser homem naquele momento, pautado no ideário que permeava o universo masculino: prover a família, melhorar de vida, ser honrado, e assentado nos valores de família e pátria.

Noutra carta, agora de Pilade Sensi,¹² italiano e também de Imbituba, este recorreu ao Interventor do Estado para recuperar o emprego do qual fora demitido, dizendo ter “como predominante paixão: o trabalho, para o bem estar de meus filhos e

da minha segunda Pátria adotiva”, inclusive com um filho já servindo ao exército nacional. No argumento, disse:

Sou pobre e sem recurso: que será de mim e de minha Família que vive exclusivamente do meu trabalho? Sou um devotado da causa brasileira e em nome de meus filhos, que tudo esperam do pai, faço apelo aos sentimentos humanitários de V. Excia para que seja revogada essa ordem a meu respeito. Os habitantes de Imbituba e autoridades locais podem fornecer a quem de direito, informações sobre a minha conduta.

Novamente é a família o valor mais forte deste pedido de retorno ao trabalho, e o argumento de que os filhos “tudo esperam do pai” e de que sua família ficará desprotegida, remetam ao sentido da honra daquele que provê o sustento e é responsável, honrado, não pode faltar com seus compromissos, e, sua conduta podia ser comprovada pelos vizinhos e moradores da cidade, valor imprescindível para um bom pai, honesto e trabalhador.¹³ Colocar-se, como fez Sensi, como portador de boa conduta e honradez de bom pai, trabalhador e cumpridor de seus deveres era imprescindível na tentativa de obter reconsideração. Utilizou-se dos conceitos de ser homem, do que deste homem se esperava, para escrever sua missiva.

Outra carta encontrada foi a de José Seifert,¹⁴ 41 anos, alemão naturalizado e morador de Coqueiros/São José, encaminhada ao Ministro de Estado e Negócios Interiores, Francisco Campos, em 23 de julho de 1943. Dizia morar no Brasil desde 1934, quando contraiu matrimônio com uma brasileira, ingressando, como mecânico, naquele ano, na Força Policial em Florianópolis,¹⁵ mas demitido por sua origem étnica, impedindo-o “não somente para garantir o pão, como o futuro dos meus filhos”, escreveu. Seus argumentos diziam: “sou um brasileiro naturalizado que falo e escrevo com desembaraço o idioma do País, sou casado com uma brasileira e pai de 7 filhos brasileiros, assistindo-me o direito de amar e me sacrificar pelo Brasil”, além de que “sou de boa conduta social”. Seifert implora retorno ao cargo e o faz “não tanto por mim e por minha mulher, mas, por sete filhos menores, sete brasileiros que algum dia poderão ser úteis ao Brasil”, e, na busca de tocar o coração do destinatário, clama por justiça já que este “têm ouvido e amparado os pequenos nos seus justos anseios de justiça (...) que não é surda aos clamores dos pequenos e humildes”, ainda mais um

homem pobre que “que por amor ao Brasil se tornou brasileiro e já deu a Nação sete filhos brasileiros”.

Estes apelos aproximam-se da política de valorização da família apregoada pelo Estado Novo, quando em torno do ideário de que o Brasil era uma “grande família”, excluía-se os dramas particulares em nome do corpo/nação/pátria, na tentativa de incluir todos na grande marcha para o futuro,¹⁶ muito embora essa política tivesse limites advindos dos embates e interesses ideológicos e econômicos. Se o Estado mostrava-se então soberano, abstrato, inatingível, esquadrinhador - lembro que eram pessoas a geri-lo, pessoas que disputavam idéias, relações, poderes, portanto, não homogêneo porque sujeito a interesses pessoais e políticos,¹⁷ - a ideologia do trabalhismo era personificada no pai que presenteava os trabalhadores com realização nas áreas da política social; tanto que a comemoração do Dia do Trabalho ocorreu pela primeira vez em 1º de Maio de 1938, quando foi anunciada pelo presidente Vargas a lei do salário mínimo, e comprometendo-se, a partir de então, a presentear os trabalhadores nessa área.¹⁸ De 1942 a 1945, Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, falou semanalmente aos “Trabalhadores do Brasil”, obviamente uma iniciativa de doutrinação no campo político. É no governo Vargas que as leis trabalhistas são efetivadas, mesmo porque a questão social até o final dos anos vinte, não passara de leis esparsas; o salário mínimo exposto como justificativa em 1931, só entrou em vigor em 1940. Este investimento no trabalhador permeava o imaginário, e só com o trabalho o homem era/tornava-se digno.

Interpretando as narrativas, vemos nas três cartas que ambos tem clareza do lugar do qual falam e com quais palavras seria possível tocar no coração do presidente: a família, baluarte da nação e do sentimento patriótico e ser casado com brasileira; o homem como pai-provedor e responsável pelos filhos e esposa, e que não os deixaria cair na miséria; a conduta e honradez advindas de poder dar contas destes papéis, tendo assegurado o trabalho. A forma de escrita utilizada por estes homens mostra uma regularidade tanto nos argumentos quanto na estrutura da escrita e na

forma de tratamento, mostrando o momento de sua produção. Se a escrita epistolar tem sempre um destinatário e o escrevente espera uma resposta, os governantes que as recebiam deveriam estabelecer relações de troca, respondendo-as; afinal, se escreviam no calor das tensões entre a repressão aos estrangeiros e o ideário de bom trabalhador, os argumentos deveriam pesar a favor dos demitidos.

Noto que os estereótipos eram utilizados (também em outros documentos e cartas, tanto de mulheres quanto de homens, no mesmo período) e articulados de forma que família, pátria e conduta constituíssem em alicerces para um bom pai/cidadão, ou um homem cuja masculinidade estaria assegurada. As masculinidades se constroem de diferentes maneiras e em diferentes situações, temporalidades, relações – nos regimes ditatoriais com o de Vargas, as representações do eu era ser homem e ser mulher estavam enredadas aos costumes, sim, mas era preciso provar a conduta e honradez, o patriotismo e dar conta dos papéis; assim como o era para as mulheres, boas mães, esposas abnegadas, patriotas. Estes homens constroem outras masculinidades, que não asseguradas na força, mas nas narrativas do cotidiano, do pedido de clemência, onde a virilidade passa pelos filhos brasileiros.

Nesta perspectiva, olhar relações e usos de estereótipos na construção de masculinidades, e de sua afirmação, é também dedicar uns momentos de reflexão sobre outro tempo, mas que este nosso tempo ainda se ressentido de mudanças possíveis de equilibrar estas relações, e quiçá diminuir, destruir a violência física e psicológica que ainda encerra um gênero na condição de menor. É preciso, portanto, falar de quando, onde, como foram construídos estes pré-conceitos, entender porque perduram.

¹ Cf. ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. .

² Sociólogo da Universidade de Toulouse, estudioso das masculinidades. WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva das relações sociais. In: SCHPUN, Mônica R. (org). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 107 e 111.

³ Obviamente, outras formas de dominação são evidentes, como a de homens sobre homens, homens com mais poder sobre outros, e mulheres sobre mulheres, ou seja, todos os homens não tem os mesmos privilégios, ou o mesmo poder.

⁴ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: *Educação e realidade*, n. 20, v. 2, jul/dez. 1995, p. 133-184.

⁵ Cf. LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

⁶ Op. Cit., p. 124.

⁷ Decreto-lei n.4.638, de 31/08/1942 – Art. 1º – *Fica facultativo aos empregadores o direito de rescindir os contratos de trabalho com estrangeiros. Súditos(...); Art 2º – (...) é lícito a suspensão dos empregados. Art. 3º – (...) será pago indenização (...).* *Coleção de Leis de 1942*. Volume III – abril a junho. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. APESC.

⁸ Carta (cópia) de Alfredo Del Priore, Imbituba, ao Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, em 01 de dezembro de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.

⁹ Para Hannah Arendt, o trabalho é o mundo da vida ativa, atributo da condição humana, espaço da fronteira entre homem e natureza, entre a existência coletiva e individual; espaço que corresponde ao artificialismo: o trabalho, e seu produto, tem o caráter efêmero do tempo humano. Porém, é exigência da existência humana que o trabalho supra as necessidades. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

¹⁰ Nas idéias de Rousseau, os homens renunciam a sua liberdade ao concordarem com um contrato através do qual deliberam ao soberano os poderes de legislar sobre toda a sociedade; são cidadãos enquanto partícipes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado. Muito embora esta seja a idéia de democracia, foi utilizada para forjar a cidadania na Era Vargas.

¹¹ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____(Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 17.

¹² Carta de Pilade Sensi, Imbituba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

¹³ Mesmo assim, Sensi não retornou ao trabalho, e o parecer da policia foi de que, pouco conhecido na cidade, não teria crédito e poderia ser um espião. Ou seja, aos argumentos, não teve êxito.

¹⁴ Carta (cópia) de José Seifert, Coqueiros, São José, a Francisco Campos, Ministro de Estado e Negócios Interiores, Capital Federal (Rio de Janeiro), em 23 de julho de 1940. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/1940. Palácio do Governo. APESC.

¹⁵ Através da Constituição de 1937, o *Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça aos “interesses nacionais”*. SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 266.

¹⁶ Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Unicamp/Papirus, 1986.

¹⁷ Michel Foucault mostra essa dispersão ou descentralidade do poder do Estado, as táticas dos governos que redefinem o tempo todo os limites, enfim, a própria governamentalidade. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁸ De 1938 a 1945, em todos os discursos de 1º de Maio, Vargas relacionava uma iniciativa de seu governo na área da política social: o regulamento da lei do salário mínimo, e o decreto-lei relativo à isenção e impostos para habitações proletárias, em 1938; a criação da Justiça do Trabalho, em 1939; a fixação do salário mínimo, em 1940; a instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, juntamente com o lançamento da Campanha da Marcha para o Oeste; o anúncio do esforço da Batalha da Produção, em 1942, já no contexto do envolvimento brasileiro com a Segunda Guerra; a CLT, em 1943 e a nova Lei Orgânica da Previdência, em 1944.